

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.672 - DF (2019/0000404-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MARIO CESAR CARDOSO
ADVOGADO : GILBERTO GARCIA GOMES E OUTRO(S) - DF008849
AGRAVADO : CLAUDIA GOLBERTO COSTA PRADO
AGRAVADO : RAMON DA SILVA BATISTA PRADO
ADVOGADO : KLEBER LOPES DE SOUSA ARAUJO - DF040196
AGRAVADO : EVA MARLI SOARES
ADVOGADO : CARLOS ANTONIO BORGES - DF036212

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 E 283 DO STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MÁRIO CÉSAR CARDOSO (MÁRIO CÉSAR) ajuizou ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais com pedido de antecipação de tutela contra RAMON DA SILVA BATISTA PRADO (RAMON); CLÁUDIA GOBERTO COSTA PRADO (CLÁUDIA), e EVA MARLI SOARES (EVA MARLI) que foi julgada improcedente.

MARIANA BATISTA DE SOUSA (MARIANA) ajuizou ação reivindicatória contra MÁRIO CÉSAR CARDOSO, que foi julgada procedente.

A apelação interposta por MÁRIO CÉSAR não foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS. PERMUTA DE 'MOVEIS. DISTRATO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. MÉRITO. DISTRATO REALIZADO DE FORMA DIVERSA DA REALIZADA POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DA CESSÃO DE DIREITOS. NULIDADE ALEGADA POR TERCEIRO INTERESSADO. INEXISTÊNCIA DE CONTROVÉRSIA ENTRE A CEDENTE E OS CESSIONÁRIOS. VALIDADE. DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS PESSOAIS DO TERCEIRO INTERESSADO SOBRE O IMÓVEL EM VIRTUDE DE UNIÃO ESTÁVEL MANTIDA COM A CEDENTE. MATÉRIA A SER DIRIMIDA EM DEMANDA PRÓPRIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO.

1. O indeferimento da produção de prova desnecessária à solução

do litígio não configura hipótese de cerceamento de defesa.

2. Conquanto o distrato deva obedecer a mesma forma do contrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, a ausência de controvérsia entre cedente e cessionários do imóvel a respeito da resilição do negócio jurídico se mostra suficiente para fins de convalidação do desfazimento verbal da cessão de direitos sobre o imóvel.

3. Não é permitido ao terceiro interessado postular a nulidade do distrato do negócio jurídico, no qual figurou apenas como mero beneficiário do imóvel objeto de cessão de direitos, a título gratuito (inteligência do artigo 436, parágrafo único, do Código Civil.

4. Eventuais direitos possessórios decorrentes de união estável havida entre a cessionária do imóvel e o terceiro interessado devem ser objeto de discussão em demanda própria.

5. Mostra-se incabível a redução dos honorários de sucumbência, quando fixados no patamar mínimo previsto no § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

6. Apelação Cível conhecida. Preliminar rejeitada. No mérito, recurso não provido. (e-STJ fls. 242/243)

Inconformado, MÁRIO CÉSAR interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 436 e 472 do CC, ao sustentar que (1) possui união estável com a ex-servidora falecida; (2) o recorrente e sua ex-companheira eram proprietários e legítimos possuidores do imóvel situado na QN 14, Conj. 09, casa 31 do Riacho Fundo II-DF; (3) após a separação do casal, o recorrente permaneceu residindo no imóvel em questão, por aproximadamente sete anos, e referido imóvel foi objeto de permuta com os recorridos por dois apartamentos; (4) os recorridos se comprometeram a conceder moradia ao ora recorrente na QS 6, conj. 03, lote 25, sala 302 do Riacho Fundo I, Brasília-DF, até que o apartamento objeto da permuta fosse efetivamente entregue, o que não ocorreu até o presente momento; (5) agora os recorrentes pretendem obter de volta o apartamento em que está residindo; (6) encontrava-se residindo no imóvel da QN 14 até a assinatura da cessão de direitos, e a partir deste momento, foi autorizado que o imóvel fosse ocupado por EVA MARLI, até a data da entrega dos apartamentos prometidos; (7) os recorridos não regularizaram a situação; (8) o indeferimento de produção de prova oral cerceou o seu direito de defesa, que tinha como objetivo comprovar seus direitos reais sobre o imóvel em questão; (9) apesar do imóvel da QN 14 estar no nome apenas de EVA MARLI, ex-companheira do recorrente, tem direito real sobre o imóvel, situação que poderia ser comprovada em audiência de oitiva das partes e testemunhas, tanto que assinou como terceiro interessado; e (10) o negócio jurídico também foi realizado com o ora recorrente, não podendo o contrato ser desfeito de forma verbal, tão pouco por somente uma das partes envolvidas.

Apresenta argumentos sobre fatos da demanda.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência das Súmulas 284 do STF e 7 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, MÁRIO CÉSAR sustentou que não é caso de incidência das referidas súmulas.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 298 e 305).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

(1) (8) Do cerceamento de defesa e da existência de união estável

A respeito do cerceamento de defesa e da existência de união estável, verifica-se que não ficou demonstrado, quando da apresentação das razões recursais, qual dispositivo de lei federal foi eventualmente violado, fazendo incidir à hipótese o teor da Súmula nº 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO RÉU.

1.[...]

2. [...]

3. A ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados quanto ao tema não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida. Incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 410.404/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

2. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 934.850/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 18/10/2016, DJe 21/10/2016 - sem destaque no original)

Quanto às alegações do recorrente de que possui direitos reais sobre o imóvel em decorrência da união estável mantida com EVA MARLI, observa-se que não houve a devida impugnação ao fundamento do acórdão no sentido de que essa questão somente poderá ser discutida em ação própria, o que atrai a incidência da Súmula 283 do STF.

(2) (3) (5) (6) (7) Dos arts. 436 e 472 do CC

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que o ora recorrente é terceiro interessado e não cedente, assim consignando:

Da análise do contrato de cessão de direitos acostado às fls. 23/24, observa-se que apenas a ré EVA MARLI SOARES figura como cedente e possuidora do imóvel localizado na QN 14, Conjunto 09, Casa 31, Riacho Fundo II/DF.

Por certo, a menção do ora apelante quanto à pretensa condição de cedente do imóvel, na Cláusula Segunda, constitui erro de redação, na medida em que o cabeçalho e a cláusula primeira do contrato deixam claro que a ré EVA MARLI SOARES seria a única cedente do imóvel no contrato de permuta.

De outro turno, na Cláusula Oitava do contrato, fica demonstrada a condição de terceiro interessado do ora apelante, e não de cedente do imóvel dado em permuta, bem como sua qualidade de beneficiário de um dos apartamentos destinados à cedente, localizado na Colônia Agrícola Sucupira, Modulo 20, no Riacho Fundo I/DF, apartamento 204. (e-STJ fls. 251/252)

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*.

Verifica-se, ainda, que o ora recorrente não impugnou devidamente o fundamento do acórdão no sentido de que o estipulante pode modificar o negócio jurídico e que a cedente EVA MARLI resolveu inovar o contrato.

Assim fundamentou o acórdão:

Deste modo, o terceiro interessado pode exigir o cumprimento da obrigação, tal dispositivo legal também permite ao estipulante a modificação do negócio jurídico.

No caso concreto, a cedente EVA MARLI SOARES resolveu inovar o contrato, no momento em que desistiu da permuta dos imóveis e, por via de consequência, da destinação de um dos imóveis, a título gratuito, em favor do autor, ora apelante. (e-STJ fls. 253)

Tal deficiência nas razões recursais atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de MÁRIO CÉSAR, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator